

3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE AS VÁRIAS FORMAS DE MUDAR O BRASIL

TEXTO ORIENTADOR EIXO TEMÁTICO 8 – ESPORTE

Brasília, junho de 2015

Este texto tem o objetivo de estimular a discussão sobre o tema do direito ao Esporte no processo de mobilização da 3ª Conferência Nacional de Juventude. As abordagens escolhidas não representam, necessariamente, posição formal da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude ou de qualquer outra instância, mas um conjunto de apontamentos e arrazoados que devem ser debatidos e aprofundados para o desenvolvimento de propostas às etapas da Conferência.

JUVENTUDE, DESPORTO E LAZER

INTRODUÇÃO

O direito à prática desportiva para os jovens tem sua garantia na Seção VIII do *Estatuto da Juventude*, promulgado em 05 de agosto de 2013; onde esta prática é relacionada com a busca de qualidade de vida, sendo entendida como um fenômeno de grande importância social.

Mas o que seria esporte ou desporto¹? Existem várias tentativas, no Brasil, de classificar e denominar o esporte, de acordo com suas diferenciações, mas não existe consenso acerca dos termos empregados. Bracht (2005), um dos estudiosos que discute este tema, nos ensina que a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, em 1985, sugeriu diferenciar o conceito de esporte em três manifestações: (a) desporto-*performance*; (b) desporto-participação e (c) desporto-educação. E essa foi a classificação incorporada pela Constituição Federal de 1988.

Mais adiante, em 1995, durante a gestão do ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, no Ministério dos Esportes, houve a promulgação da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, também conhecida como Lei Pelé, que trata do financiamento esportivo e classifica o esporte de acordo com suas manifestações, dividindo-o como: desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento.

Já na publicação do estatuto do Conselho Federal de Educação Física (2010), encontra-se a seguinte definição:

§ 2º - O termo desporto/esporte compreende sistema ordenado de práticas corporais que envolve atividade competitiva, institucionalizada, realizada conforme técnicas, habilidades e objetivos definidos pelas modalidades desportivas segundo regras pré-estabelecidas que lhe dá forma, significado e identidade, podendo também ser praticado com liberdade e finalidade lúdica estabelecida por seus praticantes, realizado em ambiente diferenciado, inclusive na natureza (jogos: da natureza, radicais, orientação, aventura e outros). A atividade esportiva aplica-se, ainda, na promoção da saúde e em âmbito educacional de acordo com diagnóstico e/ou conhecimento especializado, em complementação a interesses voluntários e/ou organização comunitária de indivíduos e grupos não especializados. (Capítulo II).

Atualmente, seguindo a ideia dessa falta de unidade em sua classificação, tem-se o Ministério do Esporte - e não do desporto, como trata a lei Pelé - com sua estrutura dividida nas Secretarias Nacionais: (a) de Esporte de Alto Rendimento, (b) de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social e (c) de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor.

¹ Com base nas leituras realizadas, percebe-se que as palavras “desporto” e “esporte” são tratadas como sinônimos. Castelanni (2010), para exemplificar que não é esta a diferenciação que se faz importante, em seu artigo “Afinal: esporte ou desporto”, refaz o histórico das secretarias e ministérios, nos quais as atividades esportivas foram designadas dentro da política nacional. Também verifica-se que a palavra “desporto” seria uma versão em espanhol e a palavra “sport” uma versão inglesa, para se referir ao esporte na língua portuguesa.

CONSTRUINDO UM DIAGNÓSTICO

1. O encontro de jovens, esporte e programas para juventude

É grande o interesse da juventude por atividades esportivas e de lazer, tanto que nos seus fóruns de discussão, essas atividades sempre aparecem como demandas em aspectos ligados às condições para a prática e fruição (implantação de novos equipamentos públicos para a prática de atividades esportivas ou, ainda, a manutenção adequada dos poucos equipamentos existentes nas periferias, programas e ações de estímulo e desenvolvimento nas escolas públicas, dentre outras, são demandas recorrentes dos jovens nessa temática). Estudos de Marcelo Melo (2011) mostram que, para os jovens, esportes se configuram em uma das principais manifestações socioculturais de elaboração de identidades juvenis. É comum observar a presença de grupos esportivos compostos por jovens, sejam aqueles formados nos bairros, nas escolas, nas políticas públicas ou mesmo em ações sociais esportivas.

No entanto, mesmo o reconhecimento da atividade esportiva como um elemento importante para o desenvolvimento saudável pode trazer o risco de embutir uma visão bastante limitada sobre as possibilidades e o papel dessa temática, que é a visão do esporte como “tábua de salvação” para jovens em situação de vulnerabilidade ou risco social. Nessa concepção equivocada, o esporte é visto como possibilidade de ascensão social por meio do ingresso no seleto grupo de atletas de alto rendimento, esquecendo-se que este é um nicho bastante restrito e que, para cada caso de sucesso, ficam para trás, nesse processo, uma parcela grande de trajetórias frustradas.

Box

Esporte não é “salvação”, mas um direito que deve ser garantido!

O grande desafio é torná-lo acessível para todos os jovens, de modo que cada um possa escolher as práticas esportivas que mais lhe interessem e exercitá-las de modo saudável, seguro e lúdico. Se a aptidão e o interesse desse jovem for tornar-se um atleta de alto rendimento, que haja o suporte adequado para isso de parte das políticas públicas, mas é preciso romper com a ideia massacrante da busca de ascensão social por meio da prática esportiva.

Seguindo essas linhas de intenções apontadas acima, ocorreu a aproximação da temática da juventude com o esporte e/ou lazer no planejamento dos marcos legais, dos programas e das políticas governamentais, conforme se observa abaixo:

- 2003 – Programa Segundo Tempo.
- 2003 – Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC).
- 2004 – Programa Bolsa Atleta.
- 2006 – Livro: Políticas Nacionais de Juventude Diretrizes e Perspectivas.
- 2008 – I Conferência Nacional de Juventude.
- 2008 – 1º Pacto pela Juventude.

- 2010 – Programa Cidade Esportiva.
- 2010 – 2º Pacto pela Juventude.
- 2010 – Aprovação da PEC 65 (inclusão do termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal).
- 2011 – Rede Nacional de Treinamento.
- 2011 – Praças dos Esportes e da Cultura (PECs) ou Centro de Artes e Esportes Unificados (CEUs).
- 2011 – 2ª Conferência Nacional de Juventude.
- 2012 – Plano Brasil Medalhas.
- 2013 – Cartilha de Políticas Públicas para a Juventude (Plano Juventude Viva, Programa Estação da Juventude, Participatório, Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural).
- 2013 – Estatuto da Juventude.
- 2013 – Inclusão do “Ensino Médio Inovador” e “15 a 17 anos” no Programa Mais Educação.

Segundo Motta (2014), a 1ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2008, já denunciava que 56,6 % dos jovens brasileiros não praticavam atividades físicas e que as atividades esportivas eram privilégio apenas dos mais favorecidos economicamente, que podiam pagar por clubes e academias. Reivindicavam, então, o oferecimento de ações gratuitas, defendendo que as mesmas seriam de ocupação do tempo livre, mas que possibilitariam o desenvolvimento integral, mediante a oferta de jogos que também promovessem o aprendizado de uma convivência coletiva. Essa Conferência elegeu 22 prioridades, sendo uma delas especialmente voltada para o esporte:

Prioridade nº 5: Ampliar e qualificar os programas e projetos de esporte, em todas as esferas públicas, enquanto políticas de Estado, tais como os Programas Esporte e Lazer da Cidade, Bolsa Atleta e Segundo Tempo com núcleos nas escolas, universidades e comunidades, democratizando o acesso ao esporte e ao lazer a jovens, articulados com outros programas existentes (BRASIL/SNJ, 2008).

Na 2ª Conferência Nacional de Juventude, realizada em 2011, os participantes elaboraram um documento contendo 70 resoluções e 22 prioridades, que deveriam nortear as ações governamentais para a juventude em níveis federal, estadual e municipal. De acordo com o Documento de Propostas Finais Aprovadas (BRASIL/SNJ, 2011), o Eixo número 3 foi destinado ao tema “Direito e Experimentação e Qualidade de Vida”, contendo duas propostas relacionadas ao esporte, quais sejam:

Proposta 2 - Ampliação, diversificação, criação e interiorização, em todas as esferas públicas (federal, estadual, distrital e municipal), dos programas Bolsa Atleta, Segundo Tempo, Mais Educação/MEC e PELC (Programa de esporte e lazer na cidade) e criação, ampliação e conservação de equipamentos esportivos em todo o País (escolas e espaços públicos) - Praça da Juventude, PEC, ginásios poliesportivos e quadras cobertas, campos de várzea e piscinas olímpicas, CAJU/PI (Centro de apoio à juventude), entre outras experiências de sucesso. Garantir a participação dos jovens na definição do modelo de equipamentos a serem construídos e a gestão democrática dos

mesmos, por meio da formação de comissão de usuários, definindo o uso dos equipamentos e sua programação.

Proposta 3 - Implementar programas que destinem no orçamento das esferas federal, estaduais e municipais, verbas para a construção e implementação de centros que atendam à juventude, sendo estes espaços de convivência e de desenvolvimento de atividades esportivas, recreativas, culturais e socioeducativas, no campo e na cidade. Tais espaços deverão contar com: equipe multiprofissional que tenha formação continuada, podendo haver parcerias entre sociedade civil e organizações estudantis, entidades de classe, organizações governamentais, lideranças e associações comunitárias e demais representações sociais. A ação de projetos e programas federais, estaduais e municipais nos centros, captação de recursos públicos para o pagamento de bolsas, funcionários e despesas para a manutenção do espaço físico de convivência da juventude, sendo 70% do governo federal, 20% do governo estadual e 10% do governo municipal. Integrar a implementação do programa nacional de banda larga, garantido o acesso à banda larga gratuita e de qualidade, com velocidade mínima de 1 Mega, para todo país, priorizando as comunidades menos favorecidas e a zona rural, garantindo, também, capacitação para os que irão utilizar o serviço (BRASIL/SNJ, 2011).

2. O que se sabe sobre o esporte e o lazer nas políticas públicas de juventude

Apesar da existência de atividades esportivas e de lazer em muitos programas e projetos sociais, é escassa uma avaliação específica sobre estas ações. Na grande maioria dos programas para os jovens, o esporte não é uma atividade fim e não há uma obrigação para a implementação das políticas. Assim, mesmo quando os dados são disponibilizados, não há uma análise pormenorizada que determine indicadores de sucesso na implantação dessa dimensão, especificamente, e qual seu alcance e eficácia. Com isso, percebe-se uma dificuldade de acesso a dados que informem se os Programas Juventude Viva, CEUs, Programa de Inclusão Produtiva, Formação Cidadã e Capacitação para Geração de Renda da Juventude Rural, por exemplo, estão ou não contemplando atividades esportivas, ou mesmo se essas tiveram alguma correlação com o sucesso ou fracasso dos Programas em alguns municípios. Entretanto, mesmo que empiricamente, percebem-se dificuldades que impossibilitam a prática esportiva e o acesso ao lazer pela maioria da juventude brasileira.

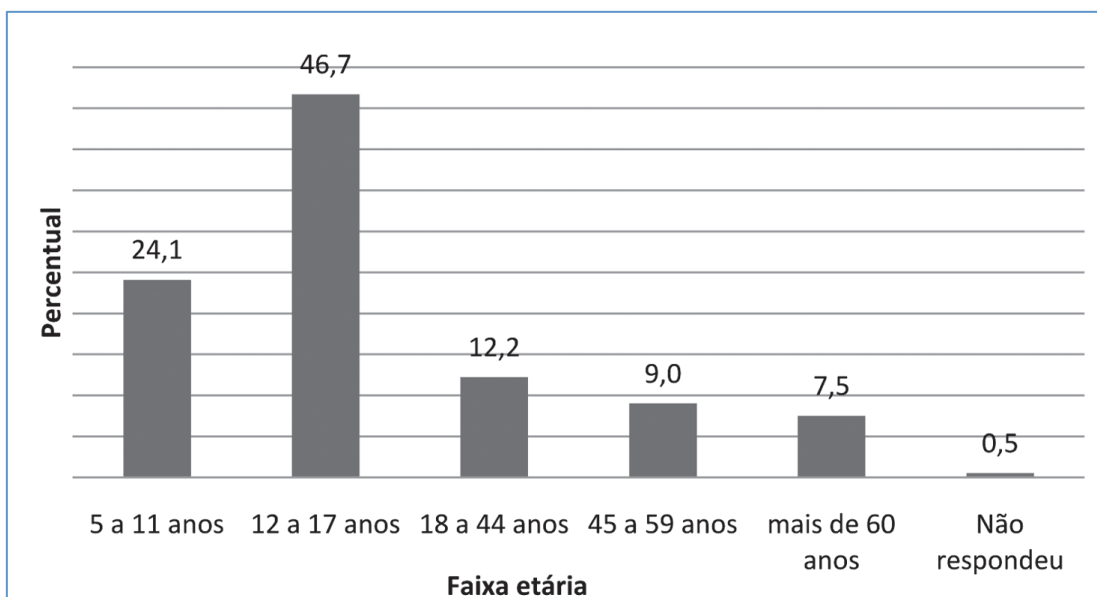
Os grandes eventos esportivos que o país tem sediado ou sediará nos próximos anos, se trazem consigo grandes planos de investimento em instalações e formação de atletas, não foram capazes, até o momento, de suprir as carências de políticas públicas e sociais nessa área nem de mudar o lugar do esporte no imaginário da maioria dos brasileiros. Os grandes eventos são importantes para o país e para a prática esportiva de um modo geral, mas mudar a cultura nacional em relação ao esporte tornando-o uma dimensão mais presente na vida das pessoas como indutor de qualidade de vida, é algo que somente políticas públicas integradas de esporte, saúde e educação – e pensadas no longo prazo – podem proporcionar.

Se, por um lado, houve investimento, mesmo que insuficiente, no esporte de rendimento, por outro, programas sociais como PELC e Protejo (Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável) tiveram redução no orçamento desde a época de seu

lançamento até os dias atuais, de acordo com a análise comparativa entre os Planos de Planejamento Plurianuais (PPA) do governo federal (Anexo I).

Uma informação relevante para a 3ª Conferência Nacional de Juventude é que, ao se constatar a inclusão dos Programas PELC e Segundo Tempo como programas pleiteados tanto pela 1ª como pela 2ª Conferência da Juventude e confrontar com os resultados apresentados no Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Programas “Esporte e Lazer da Cidade” e “Segundo Tempo”, nessa que foi uma das poucas avaliações de abrangência nacional, evidencia-se que tais programas, no cotidiano, contam com uma baixa adesão do público jovem, se considerarmos na totalidade o recorte etário de 15 a 29 anos, conforme tabela abaixo:

Tabela 1. Faixa etária dos Beneficiados do PELC



Fonte: Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo (SOUZA, 2010).

O mesmo monitoramento apresenta a possibilidade de que a gradual redução na participação daqueles entre os 18 até a faixa de 44 anos possa se dar em virtude de que as pessoas nessa idade, em geral, começaram a exercer atividade laboral e/ou outras obrigações. Tal pesquisa alerta para a importância da preocupação quanto ao horário e às modalidades de atividades ofertadas.

O citado estudo informa, ainda, que o Programa Segundo Tempo, no que diz respeito à idade dos beneficiados, tem, como média, 12 anos, com o predomínio de 64,3% da faixa entre 12 e 17 anos e somente 0,8 % acima de 17 anos.

AS DEMANDAS DOS JOVENS - O QUE DIZEM OS DADOS

Nas oficinas do “Plano em Diálogo” que trataram dessa temática, as principais reivindicações dos jovens foram a construção de um olhar efetivo para a juventude nas políticas e programas e o desenvolvimento de novas propostas pedagógicas para a formação dos professores de educação física já que, segundo eles, esses profissionais,

em geral, têm dificuldades na atuação com a juventude. Na opinião deles, não há uma preocupação com os jovens e suas especificidades, nem na elaboração das políticas públicas, nem na formação de professores na área do esporte.

(BOX 1)

“Os profissionais de educação física não conseguem enxergar esse sujeito. Querem manter a mesma hierarquia (que mostram com as crianças). Esporte tem que falar sobre esse enfrentamento ao preconceito ligado ao estereótipo e ao racismo no esporte”. (Declaração de jovem participante da oficina “Plano em Diálogo”)

(BOX 2)

“É preciso valorizar os professores e treinadores; incluir novas modalidades esportivas nas escolas”. (Declaração de jovem participante da oficina “Plano em Diálogo”)

Os mesmos jovens alertam que a prática do esporte, nos moldes de competição, está a serviço de situações excludentes, mercantilistas e de “*show-business*”. Essa visão do esporte não pode e não deve se sobrepôr ao esporte de lazer e recreativo. Essa preocupação alerta sobre a indústria cultural do esporte, que invade os desejos da juventude em geral. Indústria essa que faz a mídia comercializar imagens de atletas vinculadas a bens de consumo (sapatos, roupas, carros, bebidas etc.) como se fossem imprescindíveis para o alcance da felicidade, saúde e beleza. Isso faz chegar aos jovens a ideia de que, independentemente da prática do esporte, é preciso que possuam produtos esportivos de marcas famosas, para serem considerados sujeitos em seus espaços relacionais. Julga-se imprescindível que o debate sobre tais conteúdos esteja sempre presente nos trabalhos de atividades esportivas desenvolvidas em projetos sociais que, mesmo defendendo princípios de integração e inclusão, tenham propostas esportivas que ainda apresentem, incoerentemente, fortes vínculos com pressupostos do passado, que preconizam habilidades físicas e exclusão dos menos habilidosos.

Os jovens presentes na oficina afirmam, também, que gostam de ser espectadores do esporte e fazem críticas aos altos preços cobrados para assistirem a eventos esportivos e de lazer. Fazem críticas sobre a privatização, a inexistência ou a pouca quantidade de atividades, nesse âmbito, oferecidas pela esfera pública.

Ainda na oficina, os presentes disseram ter curiosidade por modalidades esportivas que não se limitam ao esporte competitivo (futebol, basquetebol, voleibol etc.), mas também por modalidades esportivas menos conhecidas – como *skate*, *le parkour*, *slackline*, surfe, *beach* tênis e *frisbee*, por exemplo –, principalmente as de esporte de aventura².

² O conjunto de práticas esportivas formais e não formais, vivenciadas em interação com a natureza, a partir de sensações e de emoções, sob condições de incerteza em relação ao meio e de risco calculado. Realizadas em ambientes naturais (ar, água, neve, gelo e terra), como exploração das possibilidades da condição humana, em resposta aos desafios desses ambientes, quer seja em manifestações educacionais, de lazer e de rendimento, sob controle das condições de uso dos equipamentos, da formação de recursos humanos e comprometidas com a sustentabilidade socioambiental (BRASIL/MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2007).

Há hipóteses de que esse interesse dos jovens se dá devido à correlação de suas necessidades com as sensações provocadas por essas atividades (liberdade, superação de desafios, contato com a natureza).

Também houve a denúncia sobre o preconceito dirigido aos jovens que se reúnem livremente nos momentos de lazer, seja para a prática esportiva ou não. Segundo os próprios jovens, é comum a desconfiança de que eles não sabem utilizar de forma sadia seu tempo livre e por isso, nessas situações, são comumente alvo de incoerentes ações policiais. Sobre essa situação, Carrano (2003, p.138) defende que “o lazer entendido como um campo potencial de liberdade, pode se constituir numa chave para o necessário equilíbrio entre a autoconsciência e a alteridade”. Afirma que essas atividades de lazer favorecem positivamente a elaboração da identidade pessoal e coletiva dos jovens.

A ampliação de oferta de equipamentos públicos de esporte e lazer na cidade e no campo foi classificada pelos jovens como a terceira forma, entre nove, mais importante de participação para garantia de direitos previstos pelo Estatuto da Juventude. Várias pesquisas acadêmicas apontam que há poucos espaços para realização de atividades esportivas e de lazer e que, quando há, estão em condições precárias, fazendo-se urgente não só a sua construção como a sua conservação, necessitando-se, para isso, da elaboração de políticas públicas que possibilitem a sua implantação. Não há como incentivar os jovens a praticar esporte sem equipamentos adequados e acessíveis para isso.

1. Conquistas da juventude no esporte e lazer

A criação não só de um Ministério exclusivo para o esporte, em 2003, mas, também, da Secretaria Nacional de Juventude, em 2005, somada à aprovação do Estatuto da Juventude, em 2013, legitimou a importância de se desenvolverem políticas específicas para essa população. Esses fatos, por si, já comprovam que houve conquistas para os jovens no âmbito do esporte e lazer. Quando se acrescenta a esses importantes avanços a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e de programas como o *Estação Juventude*, que possibilitam o diálogo com o público juvenil, constata-se que, inegavelmente, houve progressos.

A ocorrência de eventos esportivos internacionais também proporcionou um olhar mais cuidadoso para a formação de atletas, a elevação dos resultados esportivos e a importância da construção de centros de treinamento e estádios.

Os jovens reconhecem o Programa Bolsa Atleta como uma grande conquista para a juventude, que, apesar do pagamento de valores ainda reduzidos, incentiva muitos atletas a permanecer em seus treinamentos. Entretanto, essas conquistas, infelizmente, ainda não são suficientes para se afirmar que houve efetivação da Política Nacional de Esporte, principalmente no que diz respeito ao atendimento dos jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade.

É recorrente, na fala dos jovens, que existem ainda muitos entraves nas esferas públicas estaduais e municipais, principalmente sobre a falta de diálogo com eles, e que é preciso superar obstáculos políticos e/ou administrativos. Citam, como exemplos: a construção de equipamentos esportivos que, culturalmente, uma cidade não tem vocação para utilizar; a dificuldade administrativa de compra de materiais esportivos; o domínio de pessoas com cargos políticos, no que se refere à utilização de quadra de esportes e

burocratização para utilização de materiais; as dificuldades para pleitear e realizar prestação de contas de projetos; a falta de garantia de diretrizes orçamentárias, entre outros. Como se sabe que as práticas bem-sucedidas são aquelas em que, justamente, são criados espaços para que os jovens sejam ouvidos, se envolvam e permaneçam nas ações, esses exemplos constituem, portanto, barreiras a superar.

(BOX 3)

“A maior dificuldade no meu ponto de vista é o fato das pessoas “comprarem” essa ideia de fazer programas e ações voltadas para o esporte e lazer, porque muitos consideram uma coisa banal, dando pouca importância.” (Resposta de um jovem integrante da oficina “Plano em Diálogo”, quando perguntado sobre os desafios de uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer)

No Plano Plurianual proposto pelo governo federal para 2012-2015 (BRASIL/ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2011), em que se pode promover a confluência de macrodesafios das metas do esporte lazer e da juventude, é possível constatar que a maioria delas não será completamente atingida, pois já se chegou aos últimos meses previstos para o alcance das mesmas, conforme o Anexo I.

2. Os jovens e suas reivindicações sobre o esporte e lazer

Além da reforma e da construção de quadras de esporte, espaços de convivência e praças públicas em locais estratégicos nas cidades, os jovens reivindicam a compra e manutenção dos equipamentos esportivos e de lazer; um plano de segurança que permita a utilização desses espaços e; o desenvolvimento de atividades públicas, sistemáticas e assistemáticas nestes locais (festivais, *shows* e programas de esporte e lazer). Também quanto a estes locais, sugerem que sejam fomentadas iniciativas autônomas de programação cultural.

(BOX 4)

“Planejar mais centros olímpicos com modalidades novas e de difícil implementação, como saltos ornamentais e arquearia.” (Jovem integrante da oficina “Plano em Diálogo”, listando suas possíveis prioridades, caso estivesse à frente de uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer)

Uma grande preocupação dos jovens refere-se a situações discriminatórias e excludentes. Exemplificando: ao responder os questionários, a quase totalidade diz já ter sido discriminada por ser jovem. Por isso, eles desejam que os espaços de esporte e lazer, assim como os programas de alto rendimento, existam com acesso real para todos, oferecendo atenção especial para os deficientes físicos e mentais, para mulheres e para os que vivem em áreas periféricas.

Um assunto recorrente foi o fato de que áreas periféricas e rurais são esquecidas pelas políticas públicas de esporte e lazer. Por isso, recomendaram políticas com olhar diversificado, que atendam às demandas culturais de cada localidade.

(BOX 5)

“Qualquer periferia tem uma quadra de futebol, de terra e a vida social da comunidade acaba passando por ali. Consolidar um atleta de alto rendimento que vem da periferia é muito difícil. Grandes equipamentos de esporte são necessários nessas comunidades.” (Declaração de jovem participante da oficina “Plano em Diálogo”)

Eles também demonstram que há dificuldades para se unir e, assim, organizar suas reivindicações. Com isso, percebe-se que existe demanda dos jovens por uma diretriz nacional do esporte.

(BOX 6)

“Seria reunir jovens com os mesmo objetivos que é o esporte e lazer. O desafio é fazer um trabalho de base onde explicaria a importância da prática do esporte.” (Jovem integrante da oficina “Plano em Diálogo”, quando perguntado sobre seus os desafios à frente de uma Secretaria Municipal de Esporte e Lazer)

(BOX 7)

“Falta clareza nas políticas esportivas do país, principalmente, dos esportes contracultura, skate, surf É, há uma falta de diretriz nacional em relação ao esporte, falta de uma política macro.” (Declaração de jovem integrante da oficina “Plano em Diálogo”)

NOTA FINAL

Um Plano Nacional de Juventude (PNJ) para a próxima década

No âmbito do esporte e do lazer para a juventude, existem necessidades a serem garantidas no PNJ nos contextos de infraestrutura, esporte educacional, políticas públicas, qualidade de vida e esporte de alto rendimento. Essas necessidades estão abaixo listadas, considerando os anseios dos jovens presentes na oficina “Planos de Diálogo”, pesquisas acadêmicas e as Propostas do Plano Decenal do Esporte e Lazer (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2010).

Não há dúvida de que, para haver uma implantação de políticas de esporte e lazer para a juventude, além da criação de uma PNJ, é essencial a organização de uma firme e atenta militância nesse tema. Caso contrário, sempre existirão outras prioridades, que deixam o esporte e lazer em um plano secundário.

Políticas públicas de esportes e lazer:

- Implantar programas sociais que, especificamente, considerem a diversidade, peculiaridades e necessidades da juventude, principalmente os jovens em situações de vulnerabilidades sociais e econômicas;
- Garantir a participação popular e incentivar a juventude na elaboração das políticas esportivas e de lazer e de gestão dos equipamentos e espaços públicos, considerando experiências bem-sucedidas e aspectos regionais;
- Criar políticas públicas que reduzam as barreiras para a prática de esportes não convencionais e que demandem alto investimento;
- Promover políticas de democratização e popularização de ingresso a eventos esportivos e de lazer;
- Ampliar o debate acerca do reconhecimento das profissões relativas ao esporte e garantir que esse processo seja inclusivo e menos burocrático;
- Implantar uma política nacional de segurança e prevenção de violência que garanta a segurança dos jovens nos estádios de futebol e no entorno de arenas esportivas;
- Promover a gestão compartilhada dos equipamentos públicos de esporte e lazer, envolvendo todos os setores sociais e a sociedade civil;
- Garantir que não haja priorização de recurso para o esporte de alto rendimento, em detrimento do educacional de esporte e lazer;
- Fiscalizar a ação das confederações e federações, com vistas a gestões mais democráticas.

Esporte Educacional:

- Assegurar e fortalecer as aulas de educação física enquanto espaço de inclusão e socialização, com o desenvolvimento de diferentes modalidades recreativas e esportivas;
- Incentivar o ensino extracurricular e práticas esportivas não olímpicas;
- Garantir a existência de infraestrutura de equipamentos esportivos dentro das escolas e universidades;
- Promover e aprimorar a realização de jogos/festivais escolares e universitários municipais, regionais e nacional.

Infraestrutura Esportiva e de Lazer:

- Construir, reformar, adequar e manter os equipamentos públicos de esporte e lazer, garantindo a segurança e a acessibilidade de todos, dedicando atenção para que as periferias e áreas rurais não deixem de ser atendidas;
- Construir Praças da Juventude em todos os municípios brasileiros;
- Assegurar as normas de acessibilidade na totalidade de equipamentos esportivos e de lazer construídos;
- Garantir padrão de qualidade dos equipamentos públicos de esporte e lazer em todos os municípios brasileiros.

Alto rendimento:

- Estruturar as políticas públicas de alto rendimento, com interação entre as diversas modalidades e com ações destinadas à formação, ao aperfeiçoamento de atletas e ao incentivo à permanência dos mesmos na vida esportiva;
- Expandir a Rede Nacional de Treinamento nas cinco regiões brasileiras;
- Permanecer com o Programa Bolsa Atleta;
- Criar centros locais e regionais de alto rendimento, abrangendo todas as unidades da federação.

Qualidade de vida e saúde:

- Incentivar e oferecer atividades físicas e de lazer para jovens em todas as comunidades;
- Incentivar a implantação e a qualificação de equipamentos públicos para a prática de atividades físicas, como academias para jovens em praças, ciclovias. Estimular a utilização desses espaços pela juventude;
- Implantar ou potencializar programas intersetoriais de atividade física, esporte e lazer em espaços públicos, com acompanhamento profissional e em condições seguras e inclusivas, beneficiando a saúde, a qualidade de vida e o desenvolvimento social, tendo em vista a promoção da saúde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 3ª.ed. Ijuí: Unijuí, 2005.

BRASIL. *III Conferência Nacional do Esporte: cartilha de orientações*. Brasília: Ministério do Esporte, 2009.

BRASIL, Conselho Nacional de Juventude. *Pacto Nacional pela Juventude: Apostar na Juventude é Investir no Brasil*. Brasília, 2010.

_____. *Relatório de Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília, 2006. Brasil, Disponível em: Portal da SNJ. Acesso em 04 de outubro de 2013.

BRASIL. Lei Nº 9.615 de 24 de março de 1998. *Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*. . Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 março out. 1998. Seção 1.

BRASIL. LEI Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. *Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 de agosto 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Manual Operacional de Educação Integral*. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. Ministério do Esporte. Resolução CNE nº18, 9 de abril de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 abril 2007 p.107.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2012-2015, 2011. Disponível em: <http://ppamaisbrasil.planejamento.gov.br/>. Acesso em 28 de abril de 2015.

BRASIL Secretaria Nacional da Juventude. *Cartilha Políticas Públicas de Juventude*. Brasília, DF, 2013.

_____. *Propostas 2ª Conferência Nacional da Juventude*. Brasília, DF, 2011.

_____. *Prioridades 1ª Conferência Nacional da Juventude*. Brasília, DF, 2008.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. *Juventude e cidades educadoras*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CASTELANNI FILHO, Lino. *Afinal Esporte ou desporto?* 03 dezembro 2010.

Disponível em:

<http://www.universidadedofutebol.com.br/Coluna/11323/AFINAL%2b%2bESPORTE%2bOU%2bDESPORTO>. Acesso em: 15/09/2013.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA (CONFEF). Diário Oficial da União nº 237, seção 1, p.137-143 de 13 de dezembro de 2010.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus, 1987.

MELO, Marcelo. P. *Esporte e dominação burguesa no século XXI: a agenda dos Organismos Internacionais e sua incidência nas políticas de esportes no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 344p. Tese (Doutorado) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MELO, Victor Andrade, ALVES, Junior, Edmundo de Drummond. *Introdução ao lazer*. Barueri; São Paulo: Manole, 2003.

MOTTA, Gláucia M. S. *O esporte nos programas de juventude: proposições e percepções a partir do Projeto Protejo no município do Rio de Janeiro*, Dissertação (Mestrado) Programa Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UNIRIO, Rio de Janeiro, 2014.

SOUSA, Eustáquia S. [et al.]. *Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo* do Ministério do Esporte Belo Horizonte, MG: O Lutador, 2010.

SOUZA, Cláudia. M. *Abrindo portas do Programa Escola Aberta: as vozes dos/as usuários/as no município de Contagem-MG*. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFJF Juiz de Fora, 2012.